



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA

PROCESSO Nº 006268/2024

TERMO DE JUNTADA

Pelo presente termo, faço a juntada aos autos supra da sustentação oral apresentada pela Excelentíssima Senhora Procuradora **ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI** representando o Estado na sessão extraordinária de 29/05/2024, de análise das contas do Governo do Estado do Pará, exercício de 2023, quando lhe foi concedida a palavra para se manifestar, na forma como lhe faculta o art. 90 da Lei Orgânica deste Tribunal.

Presidente, bom dia a todas e a todos!

Gostaria de cumprimentar a nossa Presidente da sessão do Tribunal de Contas, a Conselheira Rosa Egídia.

Cumprimentar também a nossa decana da Casa, a Conselheira Lourdes Lima. Cumprimentar o Conselheiro Cipriano Sabino.

Cumprimentar o Conselheiro Luis Cunha, e desde já parabenizá-lo pelo trabalho, e em nome do senhor, parabenizar toda a sua equipe. E elogiar também essa inovação, que foi o vídeo institucional. Foi muito bom. E como eu raciocino com mente de professor, que dá aula há 19 (dezenove) anos, eu já tive várias ideias acadêmicas com esse vídeo, e foi realmente uma inovação muito boa. É muito fácil transmitir esses números dessa forma, eles ficam mais palatáveis, realmente. E elogiar a sua equipe. Elogiar a equipe de Comunicação do Tribunal de Contas por esse vídeo.

Cumprimentar o Conselheiro Odilon Teixeira. Cumprimentar o Conselheiro Fernando Ribeiro. Cumprimentar a Conselheira Substituta Milene Cunha. E cumprimentar o Conselheiro Substituto Edvaldo Souza. Também cumprimentar aqui o Ministério Público de Contas, o Procurador Stephenson, e os demais Procuradores de Contas que estão aqui presentes, na pessoa do querido amigo Patrick Bezerra.

E fazer um registro especial de agradecimento à equipe do Governo. Assim como a sua equipe, Conselheiro Luis, ela não tem hora pra trabalhar. Esses números que vocês viram hoje são números produzidos também por mãos que não cansam de trabalhar.

Na verdade, a gente até cansa, mas a gente não deixa o cansaço nos vencer. Porque nós, como servidores públicos, temos uma missão de fazer acontecer na gestão pública. Então, essa equipe aqui, que está presente na sessão hoje, é uma equipe que também é muito empenhada e não tem hora para trabalhar.

Essa sessão, como o senhor falou, Conselheiro Relator, ela é talvez uma das mais importantes sessões do ano. Porque é nessa sessão que o Estado vem presencialmente e se coloca à disposição de toda a sociedade para demonstrar o resultado de um trabalho árduo, ao longo de 1 (um) ano, que é um resultado fruto de um planejamento. Planejamento por meio de leis, diretrizes orçamentárias, Lei Orçamentária anual. E que quando nós elaboramos, quando nós propomos essas leis, na verdade, nós não estamos só preocupados com o aspecto formal.

Nós fazemos um verdadeiro planejamento estatal, um planejamento para a sociedade paraense, e depois de 1 (um) ano nós colhemos os resultados. Então, eu costumo dizer que essa sessão de prestação de contas, e eu falei isso aqui no ano passado, quando eu vim também defender as contas, ela não é só um dever do Estado, ela é um direito que o Estado tem de chegar aqui com a sociedade, e falar: eu me planejei, agora eu estou aqui mostrando em números, e não só em números, mas também em resultados positivos para a sociedade, aquilo que eu me comprometi a fazer.

Então, é mais um ano que eu venho aqui, e é mais um ano em que eu me sinto extremamente confortável de fazer essa defesa das contas do Estado, porque foi mais um ano que essa equipe que está aqui na frente de vocês trouxe resultados bastante positivos, trouxe resultados que demonstram o compromisso com uma gestão fiscal responsável.

Então, eu me sinto muito confortável aqui para fazer essa defesa. Nós tivemos alguns resultados que merecem destaque, como já foi colocado no excelente vídeo que foi transmitido aqui, nós tivemos aumento da nossa arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços. Isso é um dado importante para ser pontuado.

Nós aumentamos em mais de 4% (quatro por cento) a nossa arrecadação de ICMS. O nosso excesso de arrecadação ficou em mais de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

O nosso endividamento tem níveis bastante saudáveis. O nosso endividamento, por mais que ele tenha crescido 711% (setecentos e onze por cento), como foi colocado aqui, ele permanece muito abaixo do limite. É um endividamento de 4,54% (quatro inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), e é um endividamento que às vezes se faz necessário, como gestão, para que a gente possa desenvolver projetos em benefício da sociedade. E mesmo com esse aumento de 711% (setecentos e onze por cento), como eu coloquei agora, não comprometeu em nada o nosso endividamento. Nós continuamos extremamente saudáveis. O sexto Estado com menor endividamento na Federação. E não comprometeu a nossa capacidade de endividamento.

Os nossos gastos com pessoal também demonstram uma preocupação do Estado com relação à gestão responsável, porque nós não chegamos nem a atingir o limite de alerta. Nós ficamos abaixo do limite de alerta. A nossa receita corrente líquida cresceu R\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de reais).

Tivemos um resultado positivo com relação à nossa receita corrente líquida. Nós superamos as metas constitucionais com relação à educação, porque nós investimos mais em educação. Nós investimos 26,21% (vinte e seis inteiros e vinte e um centésimos por cento) em educação. Nós investimos 13,84% (treze inteiros e oitenta e quatro centésimos por cento) em saúde, que é mais do que aquilo que a Constituição determina, também.

Nossos gastos com publicidade foram inferiores a 1% (um por cento). Também é uma exigência legal. Nós cumprimos a importantíssima regra de ouro, demonstrando saúde na nossa execução. Nós cumprimos todas as transferências obrigatórias, realizamos todas as transferências obrigatórias. E algo que é muito importante, além de tudo isso, além de nós demonstrarmos números que colocam o Estado em uma situação muito confortável financeiramente, inclusive, como bem destacado pelo parecer do Ministério Público, sem comprometer a nossa capacidade de pagamento. Nosso índice da Capag continua bom.

Nós investimos, nós aumentamos os nossos investimentos. Se ano passado, nessa mesma sessão foi destacado que o Estado é um Estado que investe, esse ano nós ampliamos esses investimentos. Nós investimos mais do que nós investimos no ano anterior. E também é um ano muito importante, porque é um ano de entrega do Plano Plurianual, de conclusão de um PPA, de conclusão de um planejamento. E algo que é interessante destacar é que como nós estamos em uma continuidade de gestão, esse PPA foi pensado pela atual gestão, foi todo executado pela atual gestão, e nós entregamos

mais de 60% (sessenta por cento) das metas cumpridas do PPA, com destaque para a educação básica, que vai ao encontro do que o senhor falou, Conselheiro.

Com destaque para alguns programas voltados para a primeira infância, como o programa "Creches por todo o Pará". O nosso PPA também teve muito destaque nas nossas metas cumpridas com relação à saúde. E vai também ao encontro do que o senhor colocou, com relação ao banco de leite, com relação à ampliação das unidades de terapia intensiva neonatais. Também teve destaque no nosso PPA, em termos de metas cumpridas, o desenvolvimento urbano. 98% (noventa e oito por cento) das nossas metas de desenvolvimento urbano foram cumpridas nesse PPA.

E também com relação à infraestrutura e logística, foram as áreas que nós tivemos maior sucesso, com relação ao cumprimento do PPA. Então, esse ano é um ano especial, porque todo aquele planejamento que nós fizemos há 4 (quatro) anos atrás, nós mostramos com resultados.

E para não dizer que aqui só se fala só de números, porque números são milhares, e às vezes números são frios, toda essa evolução numérica, toda essa saúde numérica que a gente traz aqui, ela é revertida e ela é demonstrada com a melhoria dos nossos indicadores socioeconômicos. E o que é demonstrado no próprio relatório daqui do Tribunal de Contas.

Nós tivemos melhorias nos nossos dados socioeconômicos. Nós temos, por exemplo, hoje, um crescimento do Produto Interno Bruto do Estado. Nós temos um saldo superavitário da balança comercial. Nós temos crescimento da expectativa de vida da população. Quer um dado socioeconômico mais importante do que esse? Porque para você ter esse crescimento da expectativa de vida da população, tem que ter entrega de vários serviços sociais, tem que ter entrega de vários programas sociais, para que a população consiga efetivamente ter um crescimento da sua expectativa de vida. Nós tivemos crescimento de renda da população. Nós temos hoje uma taxa de alfabetização de adultos superior à média nacional.

Nós tivemos crescimento de 22,4% (vinte e dois inteiros e quatro décimos por cento) da taxa de cobertura populacional da atenção primária de saúde. Tivemos redução da mortalidade materna e tivemos redução da taxa de roubo, demonstrando também um compromisso do Estado com a segurança. Os nossos índices da segurança pública melhoraram. Então, para o gestor público, que é comprometido não só com as regras legais, em relação à gestão responsável, é tão importante quanto vir demonstrar que o cumprimento das metas e dos resultados da Lei de Responsabilidade Fiscal, cumprimento das regras constitucionais, é tão importante quanto para o gestor público

mostrar que tudo isso se reverteu em benefícios, em desenvolvimento para a sociedade paraense. E é isso que nós entregamos.

Nós entregamos ao longo desses anos e ao longo desse último ano de execução orçamentária, verdadeiros resultados positivos de desenvolvimento da sociedade paraense. É um Estado que investe, é um Estado que é comprometido com esses resultados de desenvolvimento.

Então, Conselheiros, para não tomar muito o tempo de vocês e para reforçar apenas aquilo que foi dito, o Estado aqui se coloca à disposição, caso os Conselheiros queiram ainda tomar algumas considerações. Mas, fundamentalmente, o Estado espera que esse parecer prévio seja um parecer prévio positivo à aprovação das contas do Estado, como já bem colocado pelo Ministério Público de Contas aqui.

Bom dia.

Belém, 29 de maio de 2024.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral